

**DE GUAPORÉ AO PORTO DE MUÇUM:
DIÂMICAS COMERCIAIS E DE
PARENTELA NA ANTIGA REGIÃO DE
COLONIZAÇÃO ITALIANA DO RIO
GRANDE DO SUL**

Marinilse Marina

Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo -UPF. Bolsista Fapergs. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. As informações foram retiradas da dissertação de mestrado defendida em junho de 2017, portanto, as informações neste artigo são bastante sucintas, mas no trabalho elaborado no mestrado encontra-se diversas estruturas familiares, inclusive dos matrimônios e associações que ocorreram por gerações. E-mail: mcbbusato@gmail.com

DE GUAPORÉ AO PORTO DE MUÇUM: DINÂMICAS COMERCIAIS E DE PARENTELA NA ANTIGA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL.

FROM GUAPORÉ TO THE PORT OF MUÇUM: COMMERCIAL AND PARENTELA DYNAMICS IN THE OLD REGION OF ITALIAN COLONIZATION OF RIO GRANDE DO SUL.

Marinilse Marina

RESUMO

O artigo tem como principal objetivo descrever a importância da Colônia de Guaporé, associada ao porto de Muçum, durante o terceiro período da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Esta colônia, abrangia um extenso território formado por diversos distritos interligados com a sede Guaporé. O local funcionava como ponto de parada e descanso para os carreteiros e comerciantes carregados de produtos agrícolas que seguiam com destino ao porto de Muçum, onde eram escoadas essas mercadorias, e comprados determinados artigos não produzidos pelos agricultores. Uma rede de laços de amizade e interesses se formou envolvendo os negociantes que circulavam pelas colônias italianas, como ponto central na família Busato, promovendo associativismos iniciados por matrimônios e estendidos para as casas comerciais, e posteriormente indústrias, que foram importantes para a Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul, durante o período de 1906 até 1970. Para ser possível tal análise, fizemos uso dos métodos da micro-história italiana e da história oral.

PALAVRAS-CHAVE: Guaporé. Porto de Muçum. Imigração italiana. Rio Grande do Sul

ABSTRACT

The main objective of the article is to describe the importance of the Guaporé Colony, associated with the port of Muçum during the third period of the Italian colonization in Rio Grande do Sul. This colony covered a large territory formed by several districts interconnected with the Guaporé headquarters. The place served as a stopping and resting place for the carts and traders laden with agricultural products, bound for the port of Mucum, where these goods were disposed of, and certain items not produced by the farmers were bought. A network of friendship and interest ties formed around the businessmen who circulated throughout the Italian colonies, as a central point in the Busato family, promoting marriage-initiated associations extended to commercial houses, and later industries, which were important to the Settlement Region. From Rio Grande do Sul, from 1906 to 1970. To be possible, we made use of the methods of Italian microhistory and oral history.

KEY WORDS:

Guaporé. Port of Muçum. Italian immigration. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Saiba que quando viemos, em 1888, de Brusaporco (Castelfranco Vêneto), éramos em onze e não tínhamos nada, ou melhor, um débito de duas mil libras emprestadas para fazer a viagem. Hoje, os nossos descendentes são 180, pagamos aquela dívida e nos encontramos, graças ao bom Deus, em boas condições¹.

O relato acima faz referência à trajetória do patriarca Girolamo Busato, imigrante proveniente da região italiana do Vêneto que instalou-se com numerosa prole em Antônio Prado, em 1888, e posteriormente no distrito de Casca, pertencente à então colônia de Guaporé. Conforme observamos na fala de Girolamo, ele e sua família se encaixam no quadro dos imigrantes que “deram certo” no Rio Grande do Sul. Todavia, esse caso suscita as seguintes perguntas: como os imigrantes que chegaram ao sul do país acompanhados por uma grande família, e trazendo à tona o discurso da pobreza de origem, conseguiram obter ascensão econômica e social? Qual é o perfil desse grupo?

Movidos por essas questões, iniciamos nossa pesquisa buscando indícios para entender quais os fatores que diferenciavam os imigrantes que obtiveram ascensão socioeconômica dos demais. Em termos teóricos e metodológicos nosso estudo segue a linha da micro-história italiana, que é vista como uma nova área nas possibilidades históricas, pois este olhar diferenciado pode ser cruzado com os mais variados conceitos históricos, além de ser imprescindível o cuidado para não confundir simplesmente com uma história regional ou local, ou uma história menor. O micro-historiador busca um recorte, mas com a intenção de olhar além daquele espaço, por exemplo, quando analisamos trajetórias, a intenção não é uma simples biografia, mas sim perceber as características que poderão surgir através das particularidades do indivíduo e que levarão ao entendimento de um contexto muito mais amplo. Ou seja, o particular é o ponto de partida, não de chegada, pois são as perguntas realizadas a cada situação que vão permitir a compreensão de contextos mais amplos.

Pautamos a pesquisa no método indiciário de Ginzburg (1989), trabalhamos com um entrecruzamento de fontes, tanto documentais quanto orais. Assim, o recorte de nosso estudo está centrado na família Busato e suas redes familiares e econômicas com as famílias:

¹ Trecho da entrevista do imigrante italiano Girolamo Busato registrado no álbum comemorativo do Cinquentenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, vol I, 1875-1925: la cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia.; Livraria do Globo, 1925, p. 61 (apud BENEDEZZI, 2011, p. 142).

Panolfo, Lunardi e Bernardi, que fixaram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul no início do século XX, onde estabeleceram uma complexa rede de comércio, favorecidos pelo porto de Muçum (usado para o escoamento da produção agrícola da colônia). Ao traçar as trajetórias familiares encontram-se indícios sobre alianças e estratégias que estes comerciantes utilizaram no período de 1906 a 1970 para montar uma consistente rede de comércio, permitindo-lhes ascensão social e projeção econômica e política.

A escolha da temática de pesquisa, foi motivada pela escassez de trabalhos que tratam sobre a colônia Guaporé, que pertencia ao núcleo de Caxias do Sul, e que foi fundada pela falta de espaço na “colônia mãe”. A colônia faz parte do terceiro período de colonização e abrangia inicialmente uma extensa área territorial de 250.000 a 300.000 m², com diversos distritos, sendo dividida em 5.000 lotes, ocupados por colonos provenientes das primeiras colônias cedidas para a ocupação de imigrantes italianos. A colônia de Guaporé ficou conhecida como a filha pobre de Caxias, pois a industrialização demorou para chegar à região, que permaneceu por décadas como um local basicamente agrícola.

A sua elite econômica, integrada especialmente pelos comerciantes e profissionais de ofício, localizava-se na sede urbana da colônia, e integravam o grupo que liderava esse espaço. Parte significativa desse contingente era composto por imigrantes provenientes de áreas urbanas da Itália, e não camponeses.

A análise desse mosaico em escala reduzida permite ver que a família Busato é somente uma peça em um imenso quebra-cabeça. Unindo as peças chegamos a uma extensa rede familiar e econômica que se formou em torno dos irmãos Busato, centrados nos filhos do patriarca Girolamo, que se uniram em associações comerciais. Dessa maneira, consideramos “os Busato” como o nó central de nossa análise, a partir do qual buscamos remontar as práticas cotidianas de vida desses sujeitos, como trabalho, ofício, e instrução educacional, e chegamos a outras famílias que estavam ligadas a eles por vias matrimoniais, diretamente ou através dos matrimônios de seus primos, o que proporcionou a constituição de um grande emaranhado de fios que tece essa rede.

Sabemos que desde os tempos mais remotos a questão dos casamentos era vista como uma espécie de trampolim para obter melhores condições de vida, mas em nosso estudo, de maneira alguma, buscamos julgar se os matrimônios ocorreram de forma espontânea ou arranjada, menos ainda se havia amor ou não nessas relações, pois consideramos um campo de subjetividades que vai além de nossa alçada. Nosso objetivo é demonstrar como esses

enlaces matrimoniais, que se iniciaram ainda com a primeira geração de italianos no Brasil, permaneceram comuns entre os mesmos grupos até a sua terceira geração, impulsionando a economia no nordeste do Rio Grande do Sul, centrado na colônia de Guaporé, e criando um monopólio comercial.

A COLÔNIA DE GUAPORÉ

Guaporé, palavra de origem Guarani que significa “Vale Deserto” ou “Vale do Sertão”, foi constituída no ano de 1892, com territórios pertencentes aos municípios de Lajeado e Passo Fundo. Guaporé servia como uma espécie de artéria que interligava os distritos a sua sede. Todas as linhas ficavam na dependência desse centro administrativo, que era responsável principalmente pelas decisões políticas e econômicas da colônia. Assim como o restante da RCI², Guaporé caracterizava-se pela agricultura e mão de obra familiar, pelo extrativismo da madeira e erva-mate, assim como pela produção de produtos agrícolas para subsistência. Posteriormente, com o desenvolvimento das técnicas agrícolas e pecuárias surgiram frigoríficos e curtume, impulsionando a economia da região (TEDESCO; BALBINOT, 2015).

No início da década de 1890, com a constituição do núcleo de Guaporé, estradas foram abertas, ligando Encantado, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Alfredo Chaves. Em 1892, a Colônia Guaporé já apresentava uma população de sete mil pessoas, o que significa que já era um centro dinamizador e irradiador de vida econômica e social pela região da Encosta da Serra e, especificamente do Alto Taquari. Em 1903, Guaporé foi elevada de núcleo colonial à Vila e sede do futuro município de Casca (São Luís de Guaporé), Muçum (General Osório) e Serafina Corrêa (TEDESCO; BALBINOT, 2015, p. 54).

Destacamos alguns distritos de Guaporé, entre eles: Casca, que pelo ato municipal nº 1, de 01-01-1904, é criado como distrito de São Luís de Guaporé. “Casca está localizada no Planalto Sul-rio-grandense, na região da Encosta Superior do Nordeste, também conhecida como Microrregião do Alto Taquari” (Gelatti, 1984, p. 13), situando-se próxima a localidades como: Ciríaco, Marau, Passo Fundo, Vila Maria, Davi Canabarro, Nova Prata, Paraí, Nova Bassano, Serafina Corrêa, Evangelista, São Domingos do Sul, Vanini e Santo Antônio do Palma.

² Região de Colonização Italiana.



Figura 1: Planta região colonial

Fonte: Imagem retirada do livro *Comércio, carretas e trapiches: a colônia de Guaporé e o porto de Muçum 1892-1940*. 2015, p. 27.

Neste contexto, a colônia de Guaporé era um extenso território, agrupando diversos distritos, onde os comerciantes necessitavam revender os produtos agrícolas adquiridos dos colonos e, em contrapartida, suprir as demandas da colônia através da compra de demais artigos. Esse ciclo de escoamento, compra e venda de produtos, tinha como base o porto de Muçum, portanto, este trajeto comercial envolvia uma dinâmica intensa de relações de compadrio e comércio, que formavam uma grande teia de interesses.

Sabe-se que um dos grandes diferenciais da colonização italiana para a alemã, é que os italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul, pagaram por suas terras, além disso, o objetivo do governo era a produção da pequena propriedade rural. Assim, em muitas situações, os imigrantes acabaram por repetir o cenário já vivenciado na Europa, ou seja, partir em busca de novos trabalhos para complementar a renda. Fosse através da manutenção das estradas, ou como empregados carreteiros, no caso das mulheres elaborando artesanato, enfim, tudo estava diretamente ligado à dependência do comerciante, pois era dele que o

restante da comunidade dependia, tanto para venda quanto para a compra de produtos que não produziam. Referente à Lei 1850:

Essa lei estabelece as normas que regem a colonização italiana no Rio Grande do Sul, definindo uma política de criação de pequenas propriedades rurais, sem o uso do trabalho escravo. Contudo, a área dos lotes não seguiu a lei; uma vez que os colonos italianos compraram lotes que variavam de 10 a 70 ha, a maior parte entre 10 e 30 ha. Por outro lado, a obrigação do pagamento da propriedade da terra, e o reembolso do auxílio inicial de sementes, ferramentas, etc. formaram a dívida colonial do imigrante, cingindo-o desde sua instalação ao mundo da mercadoria (SANTOS, 1977, p. 20).

Apesar dos esforços - em múltiplas jornadas de trabalho- para quitar a dívida referente a aquisição de terra, além de ferramentas necessárias para o cultivo e manutenção da agricultura, e ainda, da compra de bens de consumo que não eram produzidos nas colônias, muitos imigrantes ficavam na dependência do sistema de crédito dos comerciantes, que não trabalhavam isoladamente com o cultivo da terra, e passaram a se dedicar ao comércio. Desta forma, alcançando uma condição financeira mais favorecida, e assim conquistando certo destaque e influência nas comunidades onde viviam. Em entrevista, Maria Lucina Busato Bueno³, neta de Albino Alberico Busato, importante comerciante do distrito de Casca, pertencente à Colônia de Guaporé, relata sobre sua experiência vivenciada na casa comercial Busato.

[...] eu nasci na casa Albino Busato...porque havia intercâmbio, quando um cassasse dava lugar para outro e assim por diante, mas quando eu estava morando lá, eu gostava muito de observar quando chegava a família de colonos. Vinham os pais do noivo e da noiva, vinham e traziam produtos coloniais como mel, manteiga enrolados na palha do milho ou na folha da couve, feijão, batata, banha, cebola, entre outros, e em troca levavam tecido, vestido e véu da noiva, a fatiota que era o terno masculino do noivo, compravam o riscado para fazer o *pilmin*, que era o cobertor de penas, paneleiro, panelas, entre outros utensílios domésticos. Em várias ocasiões quando as compras passavam do meio-dia, meus avós [Albino Busato e Amália Lorenzette] os convidavam para almoçar; eu ficava encantada com aquelas pessoas simples voltando para casa com a carroça cheia de mercadorias e cheios de felicidade.

Nota-se a relação estabelecida entre os comerciantes da colônia e os colonos. O comerciante vendia os produtos que o colono não produzia e este, por sua vez, fornecia ao comerciante a sua produção, quando esta era insuficiente para o pagamento das contas, contraía a dívida.

³ Maria Lucina Busato Bueno é neta do comerciante Albino Alberico Busato, cuja casa comercial localizasse em Casca, antigo distrito pertencente a ex-colônia Guaporé. A entrevista oficial foi realizada em dezembro de 2016, na casa da colaboradora na cidade de Passo Fundo/ Rio Grande do Sul.

[...] da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono leva a sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios [...]. As trocas fizeram-se, pois, de início, à vista” [...]. Depois, certos comerciantes abriram contas-correntes a seus fregueses creditados. Levavam, na receita, os ovos ou o toucinho, e, na despesa, o sal, o açúcar, o café ou os tecidos; era já um embrião de crédito. Esse sistema era, evidentemente, mais simples e mais vantajoso porque evitava deslocamentos e perda de tempo. Anterior a 1850, sobreviveu ao aparecimento da moeda, que não desempenhou, nas antigas colônias, senão um papel secundário até fins do século XX, e, nas novas, até a Segunda Guerra Mundial (ROCHE, 1969, p. 411).

As vendas geralmente aconteciam a prazo com o uso da caderneta, e poderiam se dar pelo pagamento do colono em dinheiro no final de cada ano, pagando os juros aplicados pelo comerciante, ou por meio da entrega de produtos agrícolas.

Utilizava-se, igualmente, do conhecido mecanismo das contas correntes, um caderno especial de anotações onde crédito e débito se alternavam, dispensando praticamente, o uso da moeda e colaborando para fixar o colono a sua casa comercial, processo característico do poder monopólico por parte do intermediário. Recebia, ainda, vez por outra, depósitos de agricultores para guardar, evidência de confiança, sem pagar juros e realizava empréstimos, agora, porém, cobrando-os. Assim na ativação desses mecanismos tornava-se possível aos vendeiros acumular capitais, via a apropriação do excedente produzido no setor rural, que ultrapassava os reduzidos recursos de uma pequena propriedade e muitos deles, diversificando a aplicação desses capitais, instalavam pequenos matadouros, destilarias, de banha, moinhos e também cervejarias, evitando a dependência em relação ao fornecimento desses artigos (LAGEMANN, 1986, p. 129).

O negociante, termo mais utilizado no meio rural, não teria sucesso sem a sua freguesia, representada pelo colono para manter seu negócio, assim como o colono dependia do comerciante, era uma simbiose, mas o contexto em que esses personagens estavam inseridos era desigual, pois existia um número muito maior de colonos, se comparado ao de comerciantes. Sendo assim, a oferta de produtos agrícolas para as lojas ou casas de comércio era muito maior que a procura dos comerciantes, levando os colonos, em diversas situações, a receberem valores baixos por seus produtos.

Em consequência disso, nessa simbiose, os colonos trocavam seus produtos pelas mercadorias que não produziam. Na região de Guaporé, os comerciantes obtinham esses artigos através do porto de Muçum, que permaneceu como distrito de Guaporé até o ano de 1959, e se tornou a grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia à capital sulina por mais de meio século (1890-1950).

Por mais ou menos meio século, Muçum foi o espaço concentrador e centralizador da dinâmica mercantil e comercial da região do Alto Taquari, espaço em que se localiza a Colônia Guaporé. Em 1880, o referido espaço já tinha estradas que partiam das margens do rio Taquari, no sentido sul-norte, em direção ao rio

Guaporé, “correspondendo-se” com o espaço que hoje pertence ao município de Encantado (TEDESCO; BALBINOT, 2014, p. 217).

Os carreteiros tiveram um papel essencial para o funcionamento dessa dinâmica mercantil na Colônia de Guaporé. Poderiam ser autônomos ou empregados das casas de comércio e ocupavam importante função nessas redes de desenvolvimento econômico, pois eram eles que transportavam os produtos das casas comerciais com destino ao porto de Muçum. Por conseguinte, eram o vínculo entre o comerciante e o colono, uma vez que eram fundamentais na construção de toda uma engrenagem, com estradas de chão batido, dependendo da tração animal e carregando toneladas de mercadorias que provinham das colheitas agrícolas dos colonos. Os carreteiros eram responsáveis pelo transporte desses produtos para o porto, que tinham como destino as demais localidades e o abastecimento das vendas.

Na questão comercial, apesar da importância dos homens que tocavam as carretas, o protagonista era o comerciante, que através de diversas estratégias expandiu seus negócios. Um pequeno grande mundo⁴ se instalou em todo o caminho para o porto de Muçum. Vale salientar que a abertura das estradas era imprescindível para o funcionamento desse mecanismo de compra e venda de produtos, já que “sem estradas o comércio não se realiza [...]. As colônias servidas por picadas tinham condições de vender sua produção e, portanto, se desenvolver” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 50).

Sabe-se que em muitos casos passaram-se décadas até que as colônias tivessem estradas relativamente boas para o tráfego de carroças, cavalos e carreteiros, que mesmo assim, facilmente transformavam-se em lama, tornando o transporte de produtos muito difícil e demorado. Os comerciantes eram os donos das carretas, e diversos proprietários de casas de comércio, no início da colonização, eram os próprios carreteiros, como ocorria na casa comercial Albino Busato, em que os irmãos se dividiam entre o atendimento nas casas e o transporte de mercadorias. Dessa maneira, os colonos que não tinham condições de arcar com seu próprio transporte para escoar seus produtos, ficavam na dependência dos comerciantes. Albertina Busato Roman⁵, filha do comerciante Albino Alberico Busato, conta sobre a dinâmica dos carreteiros:

⁴ Título do livro de João Carlos Tedesco. Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 1.

⁵ Albertina Busato Roman na época com 98 anos, nos cedeu gentilmente a entrevista oficial em seu apartamento na cidade de Passo Fundo, em dezembro de 2016.

Dos carroceiros me lembro bem, porque eu já tinha mais de 10/12 anos [...] o João [irmão do Albino Busato] começou a ir buscar [as mercadorias no porto de Muçum], depois eles botaram os peões, mas o João com a carroça pequena que começou a ir buscar as mercadorias...o feijão, a banha, que vinha da colônia bruta e ia até Muçum, lá em Muçum é que preparavam a banha para ir para Porto Alegre [...].

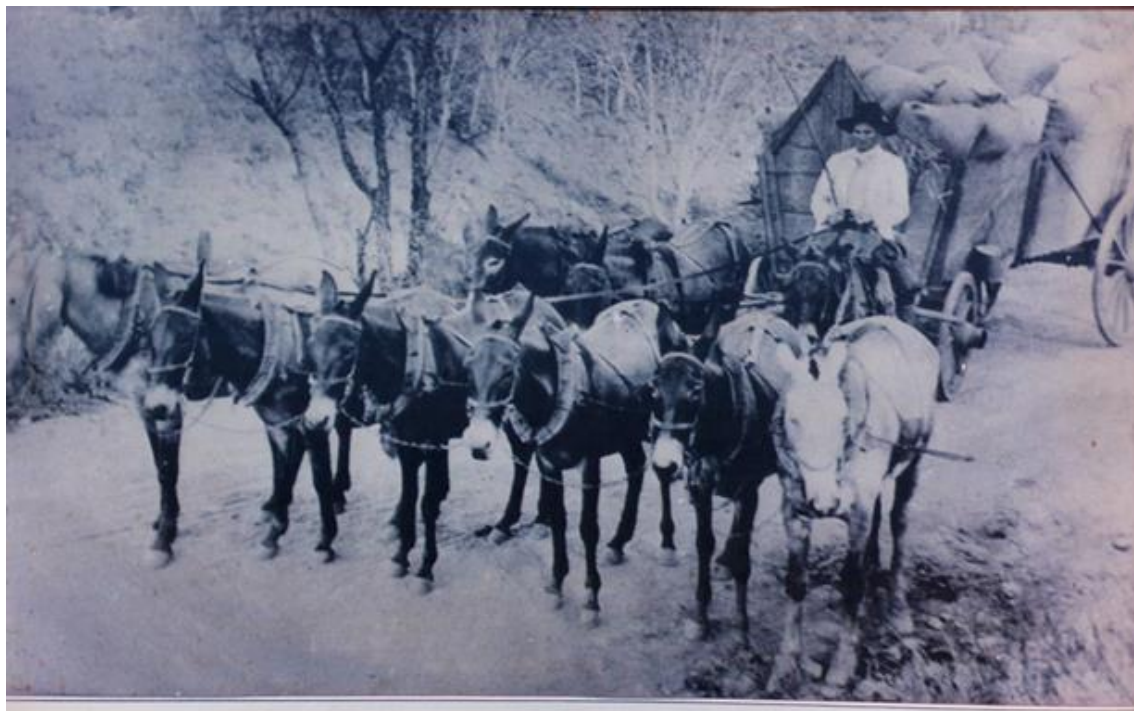


Figura 2: Carreteiro com destino ao porto de Muçum

Fotografia da década de 1930: carreteiro empregado do comerciante Albino Alberico Busato, do distrito de Casca, com destino ao porto de Muçum.

Fonte: Arquivo pessoal de Iracema Busato Moccelin, neta de Albino Alberico Busato

A imagem mostra o momento de saída do carreteiro da casa de comércio. Nota-se pelo número de mulas que os produtos representavam vendas significativas para o comerciante, pois o porto de Muçum configurava o meio de sobrevivência de toda a Colônia Guaporé. Sua dinâmica transformara-se em circuito vicioso, como uma cadeia alimentar, conforme o porto foi prosperando, os colonos sabiam que teriam para quem vender os produtos agrícolas, para os comerciantes, que sabiam o destino que estes produtos teriam, centros como: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Em contrapartida, os carreteiros receberiam mercadorias desses lugares e outros mais, assim Muçum era o centro para a chegada e envio de mercadorias, os comerciantes tinham para quem enviar e de quem comprar os demais produtos para complemento e garantia de vendas em suas casas de comércio. Com o desmembramento do comércio e do transporte, o carreteiro e o caixeiro

viajante, e os mascates⁶ foram substituídos. Portanto, com a desativação do porto de Muçum, no final da década de 1940, tornou-se mais comum que os comerciantes utilizassem os caminhões, o que tornaria o transporte mais rápido e possibilitaria vender e comprar de locais mais distantes.

CASAS DE COMÉRCIO E MATRIMÔNIOS

Tratar da região colonial italiana ou alemã sem falar do comerciante é quase impossível.

Ao redor desse ator socioeconômico surgem explicações sobre a origem da industrialização da Região Colonial e de outros espaços de maior amplitude. Ele é o elo de ligação de inúmeros processos econômicos locais na sua relação com o mundo *externo* à colônia (TEDESCO, 2001, p. 45).

Referente à Colônia de Guaporé e sua estruturação, o comerciante, nesse caso o italiano, assume o papel central. A casa comercial Albino Busato iniciou suas atividades em 1906, em Casca⁷, então distrito pertencente à ex-colônia de Guaporé, com o imigrante italiano Albino Alberico Busato. Segundo relatos da família, o casal Albino e Amália morava no meio rural de Antônio Prado. Ela provinha da família Lorenzette (que era comerciante e posteriormente passou a ser industrialista) e tinha medo das onças que entravam nas habitações. Em razão disso, venderam sua terra, transferindo-se para Casca. Segue estrutura da família.

⁶ que eram os viajantes que vinham vender “de tudo um pouco” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 80).

⁷ Optamos por usar diretamente o nome do atual município em questão, Casca, mas salientamos que quando da instalação da casa comercial Albino Busato, a localidade chamava-se São Luís de Guaporé, posteriormente Cáscara, e por último Casca.

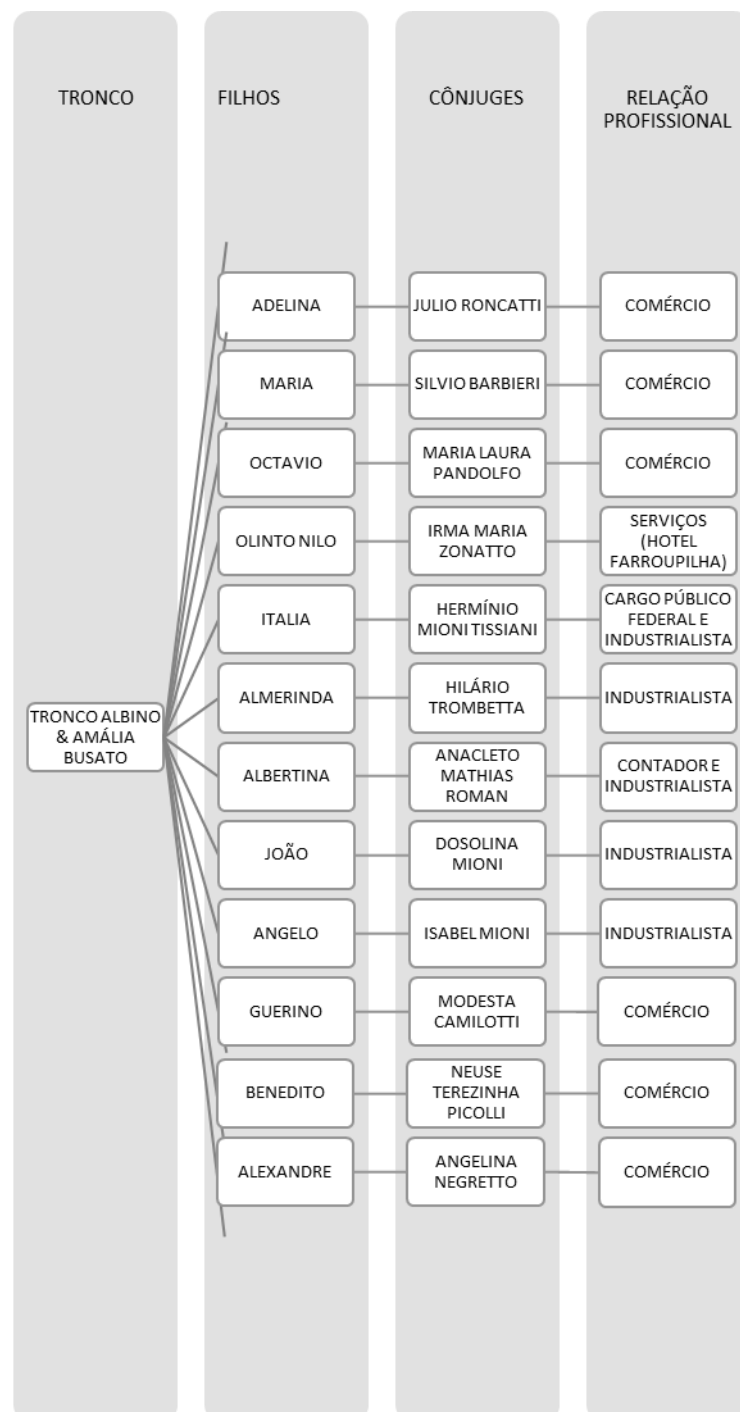


Figura 3: Estrutura familiar de Albino Alberico Busato e Amália Lorenzette Busato.
Fonte: Guilherme Busato

No diagrama acima, é possível ver a estrutura familiar de Albino Alberico Busato e Amália Lorenzette Busato, e os respectivos matrimônios dos filhos. Ressalta-se, que a partir desta análise, foi possível verificar que os enlaces que estenderam-se majoritariamente até a terceira geração no Brasil, aconteciam entre os grupos de comerciantes e seus descendentes,

entre pessoas do mesmo círculo comercial e após industrial, que foram se unindo em demais associações, inclusive voltada para a compra e venda de terras. Referente a questão do comércio de terras, Albertina Busato Roman⁸, filha do casal relata:

O meu pai [Albino Busato] ganhou terras de um pessoal de Porto Alegre para revender e ganhava um tanto. Era um corretor, digamos assim. Em Marcelino Ramos foram eles que colonizaram [referindo-se aos irmãos Busato]. Também os Busato que foram vendendo para os polacos da geral velha da Casca, ele [Albino] foi um intermediário, e as famílias foram ficando grandes desses polacos e vieram embora [de Casca], vieram todos aqui pra Erechim.

No início do século XX, a terra possuía valor central, e muitos comerciantes passaram a investir na compra e venda de terras, agregando mais um ramo lucrativo ao negócio, já que “o fascínio da propriedade era quase que irresistível para o imigrante” (TEDESCO, 2001, p. 39). Nesse aspecto, as empresas de colonização, atuantes na região, valiam-se de imigrantes – comerciantes- e descendentes, para intermediação e venda de lotes, mas geralmente os comerciantes, mesmo envolvidos com o comércio de terras, mantinham as casas de comércio em pleno funcionamento, como por exemplo a casa comercial de Albino Busato, que foi tombada como Patrimônio Histórico do município de Casca em 11 de maio de 1994 e se tornou oficialmente uma casa de Cultura e Museu da Imigração italiana e polonesa da região. Ou seja, apesar de manterem negócios paralelos as casas comerciais, elas continuavam como uma engrenagem que movimentava todo o sistema econômico da região colonial.

Sua 'casa de negócio' diferia muito de uma firma comercial moderna, assemelhando-se mais a um misto de supermercado, banca transportadora, e manufatura de produtos agropecuários. Na casa de negócio, o colono encontrava tudo o que necessitava [...]. Nos livros de contabilidade do comerciante, havia uma página para cada freguês, anotando-se nela, como crédito do cliente, a safra que foi entregue, e como débito, as compras que iam sendo feitas durante o ano. Muitas vezes, o colono entregava até suas economias em dinheiro ao comerciante, e este, de sua parte, fazia pagamentos a terceiros em nome do colono (DE BONI; COSTA, 1984, p. 213).

Esse contexto comercial colonial estendia-se muito além das relações capitalistas, pois envolvia um elo de confiança, que passava pela parentela, compadrio, entre o comerciante e o colono. Ou seja, o comerciante era “um dos seus”, no qual era possível confiar, mesmo que posteriormente se desconfiasse dos juros aplicados por ele, esse vínculo de clientelismo e compadrio perdurou por décadas.

Dessa maneira, compreendemos que apesar de outras famílias se dedicarem ao ofício urbano, poucas possuíam um complexo comercial, de modo que a família Busato permaneceu

⁸ Albertina Busato Roman, é filha de Albino Busato e Amália Lorenzette. A entrevista oficial foi realizada em Passo Fundo, em dezembro de 2016.

hegemônica neste ramo local. Fizeram uso de diversas estratégias para se fortalecer na região, mesmo após a chegada de outros negociantes ao distrito. Durante muitas décadas, “os Busato” possuíam as maiores casas comerciais, diversificavam com a transformação dos produtos agrícolas, como o uso do moinho, que além de transformar o grão em farinha, ainda armazenava para os colonos, e vendia o excedente.

Por conseguinte, através da aquisição de caminhões, para transporte mais eficiente de mercadorias, o próprio comerciante passou a buscar os produtos em meio à colônia, evitando que o colono precisasse perder o dia de trabalho na lavoura para levar os produtos de carroça até a casa comercial. E após, com a modernização das regiões próximas, investiram em indústrias vizinhas a estação férrea na cidade de Passo Fundo. A família também fazia uso de laços de compadrio, sendo padrinhos de batismo e casamento de diversos colonos, especialmente entre as famílias polonesas, que foram significativas para o povoamento em Casca.

Por meio da instalação de casas comerciais nos demais distritos de Guaporé, formou-se uma rede, consolidada ainda mais via os matrimônios. Através da família como base central para impulsionar e firmar demais associações em outros setores além do comercial. Acreditamos que apesar do mesmo desejo de adquirir terras, ampliar capital e consequentemente enriquecer, nossos sujeitos analisados possuíam uma característica peculiar, que Bourdieu chamou de *habitus de classe*, definindo como “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o principal gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). Como exemplo disso, apresentamos mais uma estrutura de famílias de comerciantes que também faziam parte da colônia de Guaporé e que se entrelaçaram com os Busato.

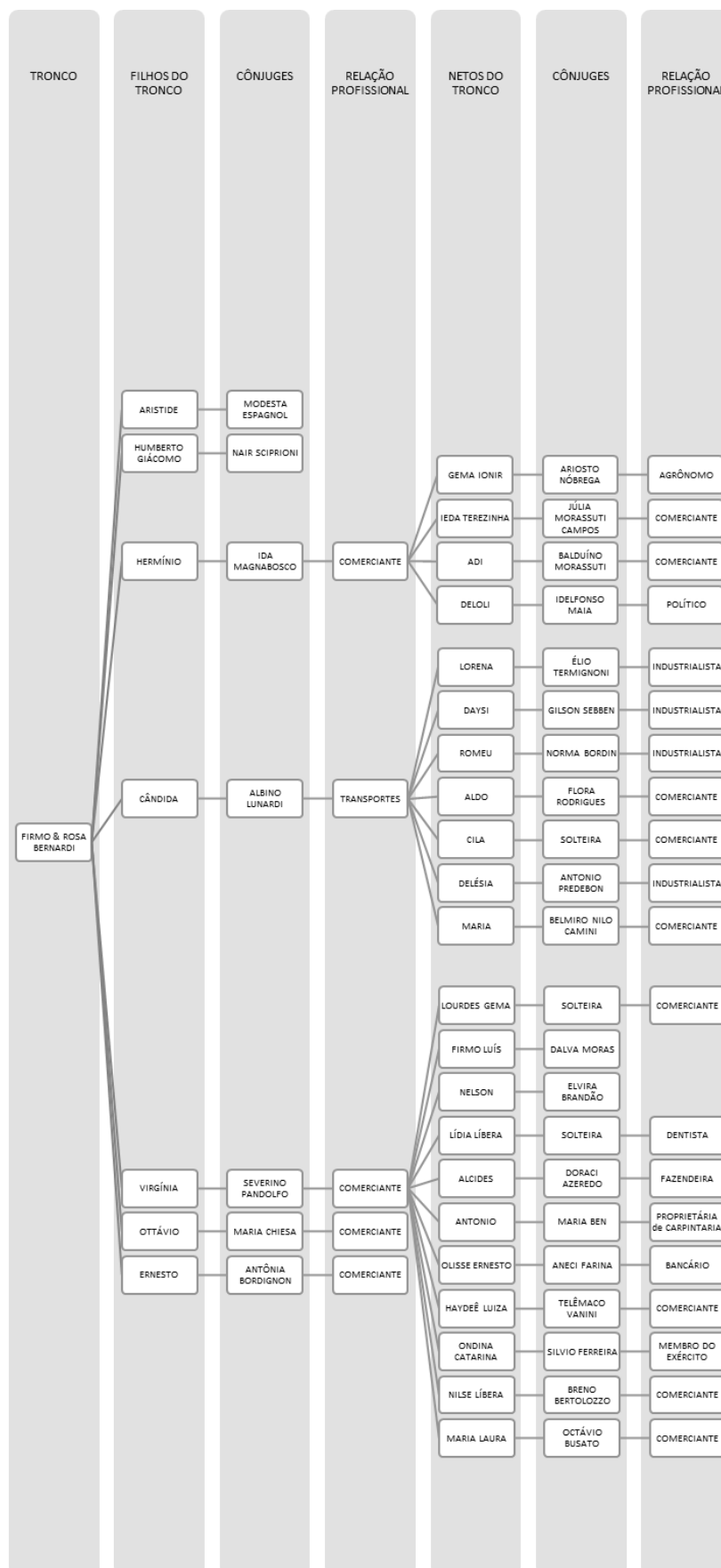


Figura 4: Estrutura familiar de Firmo e Rosa Bernardi.

Fonte: Guilherme Busato.

Conforme podemos observar os matrimônios dos descendentes da família de comerciantes Bernardi, com outros do mesmo ramo comercial, como os principais de nossa análise: Busato, Pandolfo e Lunardi, prosseguiram unindo matrimônios e investimentos com demais famílias ligadas a colônia e o porto de Muçum. Portanto, ao averiguar sobre os ofícios de alguns grupos analisados, averiguou-se que a família italiana Busato, proveniente de Treviso (Vêneto), fazia parte da esfera comercial na própria Europa, eram industrialistas, proprietários do ramo voltado para produção, compra e venda de tecidos, pois além de industrialistas, exerciam o ofício de alfaiate, e conseqüentemente de comerciantes.

Segundo informações, venderam parte dos bens para investir capital no Brasil, além da família ser dividida para cuidar dos negócios entre Itália e Rio Grande do Sul, pois já havia uma parcela da parentela instalada nas primeiras colônias sulistas. Portanto isto significa que “nem todos que emigravam eram camponeses miseráveis, já que muitos eram pequenos proprietários que, antes de partir, venderam seus bens para adquirir terras ou investir em novas atividades econômicas nas regiões de colonização do sul do Brasil” (VENDRAME, 2016, p. 27).

Observando a rede de comércio dos Busato, é possível ter uma ideia das distâncias e da amplitude dessa rede que se estendeu amarrando suas pontas interna e externamente, visto que a família possuía casas comerciais nas redondezas de Casca: Girolamo Busato, em São Domingos do Sul; Eugênio Francesco Busato, em Paraí; Maria Busato, em Vila Maria. Além das casas comerciais da família Pandolfo, na sede distrital Guaporé, e posteriormente com o “patrocínio” de Albino Alberico Busato, a fundação do comércio de Severino Vanini, em uma linha do interior de Casca, atualmente município de Vanini, batizado em homenagem ao comerciante da localidade. Portanto, a família era base e ponte para a imigração, seja pelo suporte financeiro, quanto pela identidade étnica.

Dessa forma, na reconstrução da identidade étnica e suas particularidades, a família desempenha um papel fundamental como aquela rede de relações sociais baseada no sangue e no parentesco (mas não só) por meio da qual a imigração como um processo maior se particulariza e adquire formas, cheiros, cores e a experiência de personagens vivos. É pelas reconstruções da trajetória do emigrado doméstico, da família, que trajetórias são traçadas e se estabelecem redes de troca de informações e de partilha das dificuldades e dos êxitos (ZANINI, 2004, p. 61).

A sucessão desse monopólio do comércio dos Busato também é relevante. Em 1936 Albino Alberico Busato passou os negócios para o filho Octavio Busato, que casou-se em

1938 com Maria Laura Pandolfo, filha de Virgínia Bernardi, cuja família podemos dizer que era detentora dos mais diversos ramos comerciais em Guaporé, já que investiram capital em lojas, fábricas, empresas e se uniram por vias matrimoniais com demais famílias também de empresários e comerciantes, como foi o caso do casamento dos pais de Maria Laura: sua mãe Virgínia casou-se com Severino Pandolfo, outro comerciante inato. Nascida e educada dentro da casa de comércio, Maria Laura, como muitas das mulheres de comerciantes, assumiu a administração da casa de comércio junto com seu esposo.

Portanto, a construção de uma rede de casas comerciais interligadas à casa Busato, que era a maior casa do distrito de Casca, fortaleceu o sistema do comércio na região. A pequena venda, como de Severino Vanini, foi fortalecida às grandes casas por meio do casamento de seu filho, Telémaco Vanini com Haydeê Luiza Pandolfo, filha de Severino Pandolfo, comerciante provindo de Guaporé. A venda Vanini foi vinculada à casa comercial Pandolfo e ambas estavam ligadas à casa Busato. Haydeê, referindo-se ao sogro Severino Vanini, conta:

Eu casei com o Telémaco Vanini [...], o pai dele era o Severino Vanini [...], ele trabalhou antes de casa no Busato, no pai do Otávio, ele trabalhava com carroça, porco, banha, essas coisas, ele levava pra Guaporé, essas coisas de colônia e a vida dele era assim no começo. No começo não tinham nada, eram pobres [...]. Daí, no começo o Albino [Busato] fez assim, eles financiavam, daí eles diziam assim: nós vamos te dar tanta coisa, daí tu vende, e aquilo que tu não vende, tu pode devolver! Ele fez isso né [o Albino], então foi bom porque o meu sogro [Severino Vanini] não precisou devolver nada, porque na colônia vinha gente de Ibiraiaras fazer compras, era longe.

Essa situação é interessante pois os Busato tinham comércio na localidade de Casca, e Severino Vanini era o carreteiro de confiança de Albino Busato. Nessa posição, Vanini teve seu comércio inicialmente patrocinado pelo patrão, ampliando a região de abrangência. Ainda, podemos somar o futuro matrimônio do filho de Severino Vanini, Telémaco, com a cunhada e afilhada de Octavio Busato (herdeiro da casa de comércio do pai, Albino), dessa forma percebemos que algumas vezes aquilo que nós consideramos como concorrência é estratégia associada a interesses maiores. Para Jean Roche, “esses comerciantes de bom grado se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica cuja medida poderemos avaliar” (ROCHE, 1969, p. 403).

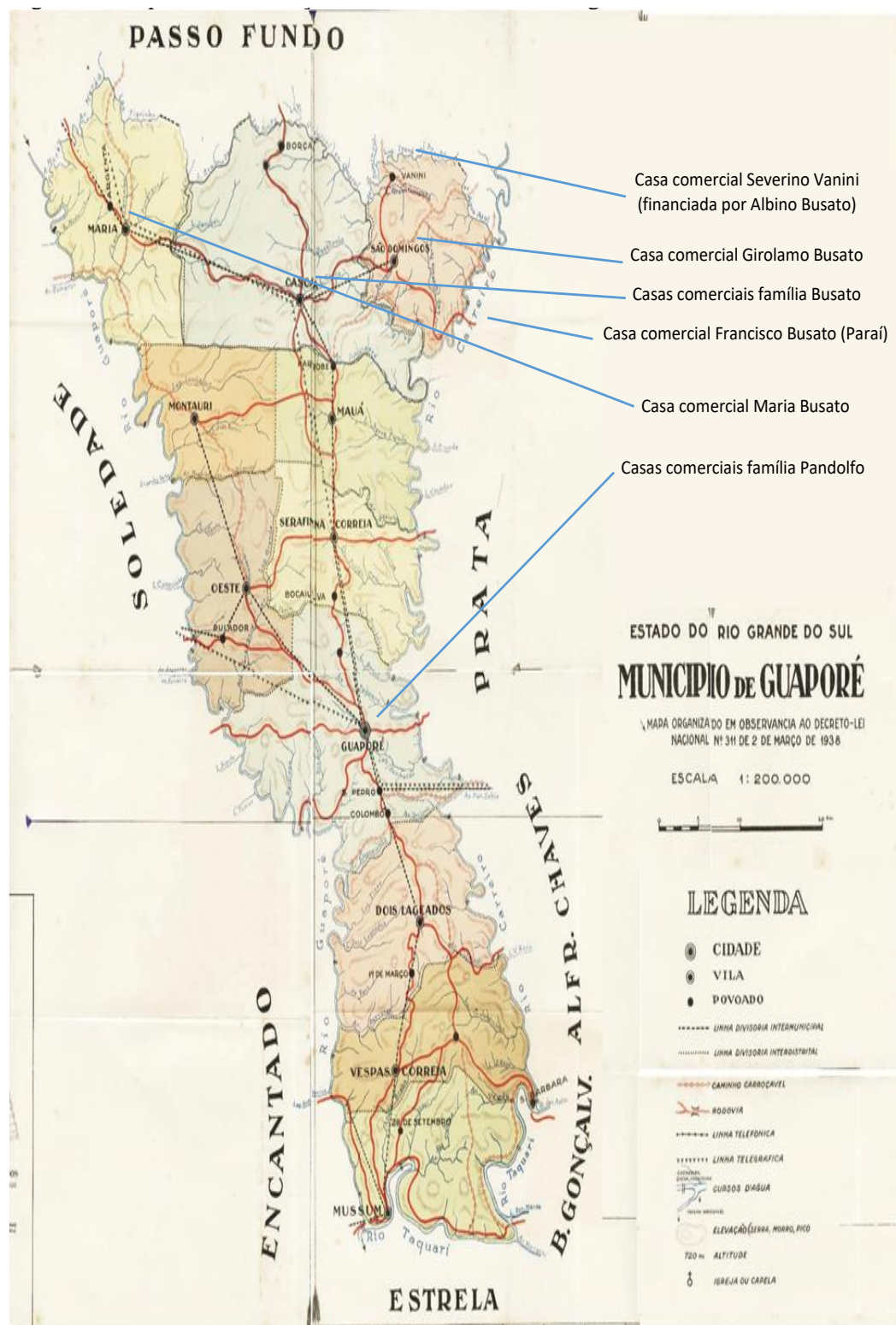


Figura 5: Mapa da distribuição das casas comerciais ligadas e/ou da família Busato
Fonte: arquivo histórico Guaporé⁹

⁹ Grifos meus.

Conforme podemos observar no mapa, as localidades de São Domingos do Sul, Paraí, Vila Maria e Santo Antônio do Palma, já estavam atreladas aos comerciantes da família Busato, então era hora de expandir essa veia com mais negócios, mas mantendo-os associados à família, assim, se somado com o comércio Pandolfo da Colônia de Guaporé, que ainda funcionava como o centro administrativo da região, formariam uma grande família, cujo ofício girava em torno do comércio. Trabalhamos na perspectiva de que esses homens, de certa maneira, expandiam seus negócios e interesses na mesma sociedade, sempre com o intuito de visar lucro e conseqüentemente evitar “intrusos”, assim tornava-se muito mais pertinente escolher quem seriam esses novos negociantes do distrito.

A família Pandolfo também possuía mais de uma casa de comércio. Logo no início da criação da Colônia de Guaporé (1892), o patriarca da família, Emílio Pandolfo, trabalhou como carreteiro e posteriormente estabeleceu seu próprio comércio. Nesse contexto como já citado, encontramos novamente matrimônios de filhos de comerciantes com as filhas de seus homens de confiança, como é o caso dos enlaces de Primo Pandolfo, que casou-se com Palmira Salvadori¹⁰ em 26 de janeiro de 1910, e Secondo Pandolfo, que casou-se com Giuseppina Salvadori em 26 de abril de 1911. Os filhos de Emílio Pandolfo uniram-se às filhas de Salvadori, seu carreteiro, que devido a uma certa “sociedade” com o patrão veio a fundar sua própria casa comercial na sede Guaporé.

A família Pandolfo tornou-se bastante numerosa e com o passar dos anos foram adquirindo mais empreendimentos, também localizadas em torno da praça e da igreja matriz, os irmãos foram se desmembrando e partiram para outros ramos de negócios, como foi o caso de Severino Pandolfo, que fundou serraria em Casca, e mais tarde em Nova Prata. Já os irmãos se associaram aos primos, e prosperaram em diversos negócios voltados ao ramo comercial em Guaporé: supermercado, moinhos, indústria moveleira, casas comerciais e comércio de terras.

Enquanto, que o distrito de Vila Maria¹¹, abrigava a casa comercial de Maria Desan Busato. No histórico do município encontramos a informação de que ali habitava um posseiro chamado Sebastião Nunes, que veio a vender suas terras no ano de 1904 para o imigrante

¹⁰ A casa de acolhimento de crianças abandonadas na cidade de Guaporé, recebeu o nome de Lar da criança Primo e Palmira Pandolfo, como homenagem ao casal que doou o terreno para a construção da instituição.

¹¹ O distrito de Vila Maria situa-se na Encosta Superior do Nordeste, na região da produção, 260 quilômetros de Porto Alegre, fazendo divisa com os municípios de Marau, Camargo, Nova Alvorada, Montauri, Casca e Santo Antônio do Palma. Em 1924 foi elevada a sétimo distrito de Guaporé, sua distância é de 70 Km da antiga sede. Em 1957 passa a pertencer ao município de Marau, tendo sua emancipação somente em 09 de maio de 1988.

italiano Constante Lótici, que instalou na localidade loja e casa de pasto. No ano de 1917, Lótici vendeu suas terras e propriedade para Maria Busato, que era proveniente do distrito de Casca.

Maria Desan Busato era esposa de Francisco Busato, irmão de Albino Alberico Busato da casa comercial em Casca, de Girolamo Busato Secondo com casa comercial em São Domingos, e pai de Francisco Filho, com casa comercial em Paraí. O ofício de Francisco Busato era de professor e comerciante em Casca e Vila Maria. Posteriormente viúva, como vinha de família de comerciantes, Maria decidiu prosseguir como comerciante, tendo casa comercial que funcionava também como pousada no distrito. Nossas fontes mencionaram que o estabelecimento foi bastante significativo, já que funcionava como ponto de encontro e de descanso dos carroceiros que se dirigiam ao município de Passo Fundo com o intuito de vender suas mercadorias. Era costumeiro referirem-se à localidade como “da Maria”. No início da década de 1930, ela doou um hectare de terra para a Igreja Católica, sendo construída no local a paróquia de Nossa Senhora da Saúde, inaugurada no ano de 1933¹².

COMERCIANTES E POLÍTICA

Desde o início da colonização no Rio Grande do Sul, o estado passou por diversas mudanças no quadro político, os recursos destinados à colonização italiana não agradavam a todos, e em muitas situações, conflitos se iniciaram. Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial e do quebra-quebra em indústrias teutas, os comerciantes já pagavam pelo preço das revoluções, assim como o restante da população, a diferença é que os comerciantes imigrantes estavam atrelados à proteção de determinada elite política.

A Revolução de 1923 foi um conflito armado no Rio Grande do Sul, com duração de 11 meses, que girava em torno do Partido Republicano Rio-grandense, e que apoiava Borges de Medeiros e a Aliança Libertadora representada por Assis Brasil. Por ser considerada fraudulenta a reeleição de Borges de Medeiros ao cargo de presidente da província, deu-se início a um levante que também atingiu as colônias distantes de Porto Alegre. Os revoltosos que acreditavam na luta armada para impedir Borges de Medeiros de assumir o poder, iniciaram assaltos e roubos. Em Guaporé, os líderes da revolução eram os irmãos Laureano

¹² Informações retiradas da prefeitura de Vila Maria, através do site.

Disponível em: <<http://www.vilamaria.rs.gov.br/localiza-2.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

Peres de Rezende e Ovídio Peres de Rezende, mais conhecidos na região como “irmãos Pires”. Artério Perin¹³, que viveu esses momentos, nos relata:

Na loja do meu tio Severino Vanini era o lugar que eles [irmãos Pires] mais roubavam [na colônia]. Entravam na loja [...] tiravam o tecido, entravam na cozinha, o que tinha de comida comiam [...] em São Domingos vieram duas vezes, com um piquete de 15 homens armados assaltar a loja do Girolamo Busato [Girolamo Busato Secondo], que foi a Guaporé de a cavalo partindo duas horas antes do dia amanhecer para poder chegar lá [sede distrital Guaporé] de meio-dia e chegar no gabinete da prefeitura [...]. Na reunião, Agilberto Atílio Maia, o prefeito de Guaporé [decide intervir nos assaltos à loja de Girolamo] se postou num poste de angico grosso e foi dando a ordem [...] o que era de homem naquela quadrilha se foi pro mato [...]. Um dos homens atirou no bolo, deu um balaço na cabeça de um sujeito [da quadrilha] que caiu morto [...]. Assim conta que o prefeito de Guaporé puxou uma nota de 10 cruzeiros e deu para a amante do morto pra ajudar a pagar o enterro.

Analisando o relato, podemos destacar algumas questões centrais, como a distância do distrito de São Domingos até a sede de Guaporé, já que o meio de transporte utilizado era o cavalo, além do fato de o coronel Agilberto Atílio Maia, então prefeito de Guaporé, ter atendido prontamente à solicitação de Girolamo Busato Secondo¹⁴, para impedir novo assalto à sua casa comercial. O entrevistado relatou que a loja de seu tio Severino Vanini, também já havia sido assaltada no povoado de Vanini, e que Francisco Busato (Filho), que tinha loja na localidade vizinha de Paraí, também estava receoso com a quadrilha dos “irmãos Pires”.

O coronel Agilberto Atílio Maia estava ligado por laços de compadrio e matrimônio com as famílias em questão. Assumiu cargo como secretário e tesoureiro de Guaporé em 1905, permanecendo até 1912, quando foi eleito Intendente, função que ocupou por 12 anos consecutivos, substituído por Manoel Francisco Guerreiro, que assumiu como Intendente do município durante o período de 1925-1928, pelo PRR¹⁵. Manoel Francisco Guerreiro, levou

¹³ Artério Perin, de 100 anos, morador do município de São Domingos do Sul, nos recebeu em sua residência em dezembro de 2016.

¹⁴ Para melhor esclarecimento: Girolamo Busato cita em seu depoimento no livro do Cinquentenário da imigração italiana Vol. I, que quando chegaram ao Brasil (19/12/1888), estavam em 11 pessoas (família), mas essa informação não confere com os documentos analisados que registram que o casal teve 16 filhos, sendo que somente Olinda (*02/02/1890) seria brasileira. Assim supomos que alguns filhos permaneceram, ou então faleceram na Itália, pois comparando com as datas de nascimento, as idades dos quinze filhos italianos seriam: Eugenio Francesco, 17 anos; Antonia Teresa, 16 anos; Angela, 15 anos; Francesco de Paola e Francesca Romana (gêmeos), 14 anos; Girolamo Secondo, 13 anos; Eugenio Secondo e Natale (gêmeos), 12 anos; Albino Alberico, 10 anos; Amália, 9 anos; Ugo Antonio, 8 anos; Monica, 6 anos; Eugenio, 4 anos; Leonilda, 2 anos; e Umberto, 6 meses. Os registros familiares mostram que o casal veio para o Brasil com os seguintes filhos: Girolamo Secondo, 13 anos; Francesco de Paola, 14 anos; Albino, 10 anos; Ugo Antônio, 8 anos; Eugênio, 4 anos; Amália, 9 anos; e Umberto, 6 meses. Percebe-se que nos registros da família o paradeiro de um dos filhos no Brasil desaparece, já que conseguimos traçar, incluindo a filha brasileira, o destino de somente sete filhos que vieram da Itália.

ao altar sua filha Lavínia Guerreiro, para casar-se com Luiz Pandolfo, tio de Maria Laura Pandolfo Busato e Haydeê Luiza Pandolfo Vanini, em 15 de setembro de 1934, compondo seu conselho municipal com alguns homens de sua confiança, entre eles Albino Alberico Busato.

No tocante à família Busato, estavam diretamente ligados à questão emancipatória do distrito de Casca em relação à sede Guaporé. Benedito Busato – filho de Albino Busato – assume como vereador de Casca pelo PSD¹⁶ em 1951, no mesmo ano, em 12 de junho, foi eleita a comissão pró-Emancipação do distrito de Casca, composta, entre outros, pelos irmãos, Benedito Busato como 1º secretário, e Octavio Busato como 1º tesoureiro. Sendo aprovado o desmembramento da sede Guaporé em 15 de dezembro de 1954¹⁷. Além disso, Octavio Busato e outros comerciantes participaram ativamente na política de Casca e Hermínio Bernardi foi por um longo período subprefeito do distrito (devemos lembrar que ele era tio das esposas de Octavio Busato e Telemaco Vanini, comerciantes da região). Portanto, percebemos que apesar das diferenças políticas e disputas locais, os comerciantes acabavam mantendo certas relações. Participar da política trazia mais do que *status* social, era um sinônimo de segurança e proteção, como no exemplo da revolução de 1923, oportunidade de associações e, acima de tudo, lucro. Esses comerciantes, passaram a participar da política ativamente, e em localidades distintas. Isso ocorreu por décadas, envolvendo diversas gerações das famílias citadas e expandindo os lucros inicialmente conquistados através do comércio para as indústrias.

Por conseguinte, os comerciantes de nossa análise, seguiram trajetórias semelhantes. Começaram expandindo suas casas comerciais pela mesma quadra, vieram a ter três ou quatro lojas na mesma localidade, anexando outros negócios em resposta às necessidades da comunidade, como: moinhos, descascador de arroz, transportes, energia elétrica e aviários. Tornaram-se granjeiros e também industrialistas, nos ramos de grãos (farinha e indústria de óleos), além de investirem no setor madeireiro, agrícola e pecuário.

As associações da família Busato com a sua rede ampliou seus negócios para além do comércio, formando uma ampla teia comercial, centrada em Guaporé, abrangendo os seus

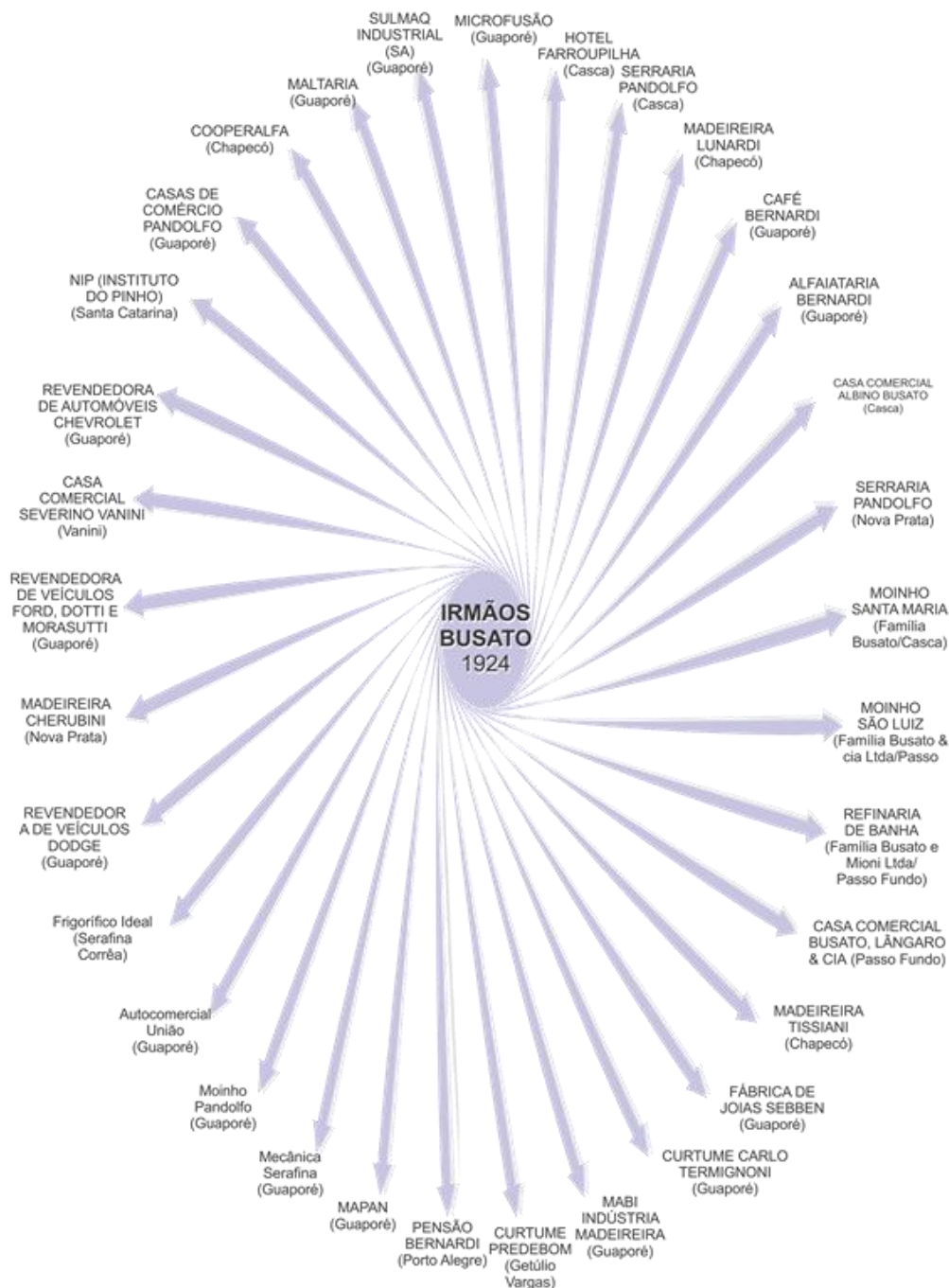
Disponível em: <http://www.caminhosdeguapore.com.br/gale_AbreFoto.php?galeria=144&foto=428

7>. Acesso em: 19 fev. 2017.

¹⁶ Partido Social Democrático

¹⁷ Informações retiradas do livro Casca 60 anos: A história da emancipação. Artério Perin e Jair Pedrosa da Silveira. Hoje edições, 2015.

distritos, e posteriormente a cidade de Passo Fundo e o oeste do estado de Santa Catarina, que para o ano de 1924, auge do seu desenvolvimento, pode ser representada pelo diagrama¹⁸ abaixo.



¹⁸ Algumas empresas não aparecem no diagrama devido ao tamanho da fonte, ficaria ilegível.

Figura 6: Diagrama das redes de relações e associações

Fonte: Morgana Fávero

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As casas de comércio iniciaram suas atividades comprando produtos agrícolas dos colonos da região e escoando essas mercadorias através do porto de Muçum, mas em um curto prazo de tempo, com a melhoria das estradas e conseqüentemente com a expansão desse dinamismo comercial, passaram a investir nas novidades da época, como a compra de caminhões para o transporte das mercadorias, que até então, era realizado através dos carroceiros, além das ferrovias (trem). Essa dinâmica e logística habilita o caminhão como meio de transporte, e relega à extinção o carroceiro. Todavia, para o colono, o comerciante continua comandando o escoamento de sua produção.

As casas de comércio das famílias Pandolfo, Busato e Vanini formaram redes que transpassavam a esfera do econômico, e preencheram os fios de nossa rede de parentela com demais famílias citadas. Assim, podemos constatar que em algumas ocasiões para os comerciantes em ascensão, como foi o caso de Severino Vanini e Salvadori, ocorria a ajuda mútua de seus patrões, provavelmente por interesses políticos, ou para evitar outras concorrências “de fora”, como forma de atrelarem-nos a favores. Ficou evidente que existiam os escolhidos a serem ajudados, e nos casos analisados em nosso estudo, essas pessoas eram os carreteiros de confiança desses primeiros comerciantes na área pertencente a ex-colônia de Guaporé, já que além da ajuda com a instalação de casas comerciais, ocorreram também matrimônios unindo justamente as famílias dos antigos carreteiros com as famílias dos comerciantes, como: Salvadori, que era carreteiro da família Pandolfo, e casou suas duas filhas com seus patrões. Também Vanini, casou seu filho com Haydeê Luiza Pandolfo, que era cunhada de Octavio Busato e também filha de Severino Pandolfo, comerciante e industrialista.

É pertinente salientar que em nosso estudo, de maneira alguma, buscamos julgar se os matrimônios ocorreram de forma espontânea ou arranjada, menos ainda se havia amor ou não nessas relações, pois consideramos um campo de subjetividades que vai além de nossa alçada, mas ficou evidente através da maior parte das entrevistas, os sentimentos de respeito e afeto dos colaboradores de nosso trabalho para com seus cônjuges.

Percebemos que a maior casa comercial estava centralizada em Guaporé, que funcionava como um ponto central para o caminho ao porto de Muçum, e depois dela vinham as casas comerciais de Albino Busato e seus irmãos, distribuídas em Casca, ao redor da quadra principal, em frente à igreja. Essa proximidade com à igreja era ponto estratégico para todas as casas, além de definir os centros das localidades, atendiam os colonos que frequentavam as missas aos domingos, o que facilitava as vendas. Além disso, Vanini e Vila Maria surgem delimitando o último território antes do município de Marau, constituindo assim a estrutura que tinha como base os maiores comerciantes do terceiro período da colonização da imigração italiana, que estrategicamente fundaram comércios em pontos obrigatórios para o escoamento de mercadorias na região: o porto de Muçum de um lado, e na outra ponta Passo Fundo (ferrovia de trem).

Os comerciantes da rede em estudo eram antes de tudo negociantes que buscavam e associavam diversas maneiras de negociar, sem um critério pré-definido. No momento em que passaram a investir em indústrias, tornaram-se também empreendedores, sem perder a sua essência, conforme os indícios apontam, ou seja, profissionalizaram-se naquilo que até então faziam por “tino de comerciantes”. Portanto, seja através da exploração da produção ou do uso da mão de obra do colono, seja pela “veia” de comerciante, ou por herança, o fato é que esses homens, que inicialmente foram uma espécie de *fabriqueiros*¹⁹, chegaram ao ramo empresarial e aventuraram-se nos mais diversos investimentos. A partir dessa rede e seu capital social, verifica-se que os comerciantes não se contentaram com o comércio nas colônias, mas infiltraram-se nos mais variados e diversos ramos econômicos, sociais e políticos. Obtiveram ascensão social e acúmulo de capital, atrelados ao colono de forma direta ou indireta, tornando-se industrialistas.

¹⁹ Termo utilizados nas colônias italianas para definir os colonos que cuidavam “do bar” nas festas de capela.

Fontes primárias:

- Registros paroquiais das cidades de Guaporé, Casca e Passo Fundo;
- Entrevistas ocorridas nas cidades de Guaporé, Casca, Passo Fundo e Vanini. Para a realização das entrevistas obtivemos a autorização do Comitê de ética da Universidade de Passo Fundo – UPF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia**: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- GELATTI, Roque. **Casca, ontem e hoje**. Passo Fundo: Composto e impresso no Instituto Social. P. Berthier, 1984.
- GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio**: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- LAGEMANN, Eugênio. **Imigração e industrialização**. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs). RS: Imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- PERIN, Artério Filho; SILVEIRA, Jair Pedrosa da. **Casca 60 anos**: a história da emancipação. Casca/RS. Hoje Edições, 2015.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SANTOS, João Vicente Tavares Dos. **Colonos do vinho**. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno, grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos. **Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo**: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980. Porto Alegre: EST, 2005.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovanni. **A Colônia de Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação**: nordeste do RS-1892-1950. Porto Alegre: Editora Suliani, 2014.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovanni. **Comércio, carretas e trapiches**: a Colônia de Guaporé e o porto de Muçum 1892-1940. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil/Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **A família como patrimônio**: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. Campos (UFPR), Curitiba, v. 5(01), p. 53-67, 2004.

Artigo recebido em junho de 2019. Aprovado em julho de 2019.